

produto do seu trabalho, mas não pode evitar que todo o trabalho seja igualmente retribuido. A diferença do solo e da inteligência terão sempre por consequência uma desigualdade dos produtos, egualdade que irá desaparecendo pouco a pouco. Por efeito das novas condições económicas, como consequência de mais larga latitude dada á iniciativa humana graças á franquia da moeda e do solo, as distinções de classe desaparecerão continuamente estabelecendo-se uma média intellectual. A facilidade dos deslocamentos será muito mais considerável; os operários não permanecerão presos — em tão grande número pelo menos — aos centros atuais, deixando por isso de ser escravos dos proprietários urbanos; territórios e recursos não ainda utilizados hoje, tornar-se-ão facultáveis e acessíveis. Por efeito d'estas influências toda a desigualdade diminuirá até a um mínimo.

E' pouco provável que ela chegue a ser inteiramente eliminada. Porque a liberdade não a pode eliminar, há homens que dizem: nós não queremos a liberdade porque não temos a egualdade absoluta. Não sou d'esta opinião. Se posso viver livre e rico, não me inquietarei pelo facto do meu visinho ser tão livre mas mais rico. A liberdade enriquecerá toda a gente, com o tempo, mas não dará a todos uma riqueza egual. Um poder supremo poderá talvez tornar-nos todos egualmente ricos quanto ao dinheiro, mas talvez nos torne egualmente pobres no que diz respeito a uma vida verdadeiramente digna de ser vivida.

6. REALIZAÇÃO

A transformação que, segundo Tucker, reclama o bem-estar individual deve produzir-se da seguinte maneira: Os homens que tiverem reconhecido a verdade convencerão outros individuos bastante numerosos da necessidade d'esta transformação em vista do bem-estar individual. Estes suprimirão em seguida o Es-

tado recusando-lhe obediência, e transformando o direito e a propriedade inaugurarão o advento da era nova.

I. Em primeiro lugar trata-se de convencer um número bastante grande de indivíduos de que o seu bem-estar depende d'esta transformação.

O povo deve ser educado nas doutrinas anarquistas. Espalhemos as idéas anarquistas e ensinemos a revolta. Trata-se de difundir sem descanso a doutrina da liberdade igual para todos, até que enfim a maioria reconheça quanto ás formas atuais da violência e do arbitrário o que reconheceu já pelo que respeita ás formas do passado — que o seu fim não é a liberdade igual para todos, mas a submissão dos outros homens. A agitação da «Irish Land League» não deu resultado porque o camponês em lugar de seguir as suas próprias inclinações, sabendo o que quer obter, confiou cegamente nos chefes que o traíram no momento crítico. Se o povo tivesse reconhecido a sua força e compreendido a situação económica, não teria recomeçado, a pedido de Parnell o pagamento da renda e seria já hoje livre. Os anarquistas querem remediar este desastre, eis porque dedicam todas as suas forças á propagação das doutrinas, e sobretudo das doutrinas económicas. Seguindo este caminho com perseverança e sem se deter aos chamamentos de toda a espécie assentam-se as bases inquebrantáveis do sucesso da Revolução.

Segundo Tucker os meios utilisáveis para a propaganda da idéa anarquista são principalmente «a palavra e a imprensa». Mas que fazer se a liberdade de falar e de escrever são suprimidas? A violência é então justificada.

Não se empregue a violência senão em casos extremos. Se o médico vê que a intensidade das dores faz perdêr as forças d'um doente tão rapidamente que haja a recear a morte antes que tenham podido produzir efeito os remédios applicados, então elle ordena a éterisação. Mas um bom médico só toma essa re-

solução muito contrariado, porque não ignora que um dos efeitos da èterisação é neutralisar parcialmente ou mêsmo totalmente a ação dos remédios empregados. Succede mêsmo com o emprêgo da violéncia na sociedade. Todo aquêle que a prescreve sem discernimento não só como panacéa mas como cor-deal, todo aquêle que o recomenda em geral como remédio e o emprega frivolamente e sem necessidade supondo o peor, êsse indivíduo é um charlatão. Eis porque só se deve usar de violéncia contra os opressores da humanidade se êles tornárem impossível toda a agitação. A efusão de sangue é em si mêsmo um mal, mas se a liberdade d'agitação só é possível derramando o sangue, que êle sêja derramado. E' assim que, quando eziste a liberdade de imprensa e de reunião, não é necessário recurrêr aos meios violentos pâra combatêr a tirania. Mêsmo que a liberdade da palavra sêja violada em uma duzia de casos ou cem, não devêmos provocar efusão de sangue. Só quando fôrmos garrotados em absoluto devêmos empregar os últimos recursos — a violencia. Na Rússia são apropriados os actos de terrorisação, não o sendo porém na Alemanha nem na Inglaterra.

Como se deve fazêr uso da violéncia? Já vae longe o tempo das revoluções armadas; triúnfa-se mais facilmente hôje. É necessário praticar actos de terrorisação e assassinatos; mas taes actos dévem ser eze-cutados por indivíduos isolados e empregando a dinamite.

Além da palavra e da imprensa há ainda outros meios de propaganda.

Um d'estes meios consiste em que um indivíduo isolado recusa o pagamento do imposto. Suponhâmos que um ano qualquér sínto-me bastante forte e independente que a minha conduta não possa prejudicar nenhum dos meus devêres pessoaes e que me resolvo a passar algum tempo na prisão tendo a possibilidade de escondêr a minha fortuna; pois bem, faço a declaração d'uma quantia qualquér ao empregado da repartição e não pago o imposto ao cobrador; ou se não

tenho fortuna esquivo-me ao pagamento da taxa pessoal. E' então que o Estado começa a movêr a sua engrenagem. E só duas cousas poderá fazer, ou deixar-me tranquilo e então conto o caso a todos os meus vizinhos que se sentirão também tentados a guardar o seu dinheiro, ou metêr-me na prisão, onde me assegurarei, seguindo bem as prescrições legais, de todos os direitos d'um prisioneiro por dívidas, deixando-me estar tranquila e cômodamente, até que o Estado, se fatigue de me mantêr mais aos companheiros que tivêrem seguido o meu ezemplo. Mas o Estado no seu desespero decidir-se-á talvez a tornar mais duras as leis sobre prisão por dívidas e então se sou verdadeiramente revolucionário ver-se-á bem até onde um govêrno republicano «que conserva o podêr pêlo assentimento dos governados» poderá chegar pâra se procurar êsse assentimento; — se chegará até ao isolamento em uma célula sombria ou, segundo os processos do czar, á tortura pela elêtricidade. Quanto mais longe fôr o govêrno, melhor será pâra a anarquia, como sabe muito bem quem se têna occupado da história das reformas. Não se pode calcular que importância êstes factos têem pâra a propaganda, sobretudo se ao mêsmo tempo, fóra dos muros da prisão, há um ezêrcito d'agitadores bem organizado.

Um outro meio de propaganda consiste em demonstrar na vida a possibilidade de realisar as doutrinas anarquistas. Mas isto não poderá fazer-se nas comunidades isoladas, mas no centro da nossa vida industrial e social. Se em uma grande cidade, na qual estão representados os diferentes traços característicos e as diferentes tendências da nossa civilização tão rica em contrastes; se aí se encontrasse um número sufficiente de anarquistas sérios e inteligentes, pertencendo a diversas occupações e classes; se transformássem a produção e repartição dos bens segundo o direito ao produto de trabalho e se — em opposição aberta ás prescrições pâra retel-os — êles creássem um banco que puzesse á sua disposição capitaes sem juro pâra âtivar os seus negócios e que além d'isso empregássem o

seu capital sempre crescente para subvencionar novas empresas, onde quem quer que tomasse parte nelas experimentasse as vantagens recolhidas; se tudo isto pudesse fazer-se, quaes seriam as consequências resultantes? Pois bem, em pouco tempo de todas as classes da população, os inteligentes e os néscios, os bons e os maos e os indiferentes, todos ficariam impressionados; em número cada vez maior elles aproveitariam esta instituição e ao fim de alguns anos todos colheriam o produto do seu trabalho; ninguém mais poderia viver das suas rendas e toda a cidade se tornaria uma imensa colmeia d'operários anarquistas, d'hómens livres e prósperos.

II. Desde que um número suficiente de indivíduos estiver convencido de que o seu próprio bem-estar exige a transformação de que falámos, será chegada a ocasião de destruir o Estado pela Revolução social (isto é, por uma recusa geral á obediencia), de transformar o direito e o Estado, inaugurando a era nova.

Há homens que crêem que o Estado só poderá desaparecer quando todos indivíduos se tornarem perfeitos. Isto quer dizer que a anarquia só será possível para o ano dois mil. Se fôsse possível aperfeiçoarmos-nos a despeito dos obstáculos que constantemente entravam o nosso aperfeiçoamento, é claro que o Estado desapareceria por si mesmo... Mas do mesmo modo, se nós fôssemos capazes de nos elevarmos pelas presilhas das botas subiríamos até ao céu. Instruir os homens não quer dizer que lhes ensinemos a maneira de se governarem elles próprios e permitir-lh'a em seguida, mas permitir-lh'a ensinando-os. Eis porque se torna indispensável a abolição do Estado por uma próxima revolução social.

Outros estão convencidos do erro de que a anarquia poderá ser implantada pela violência. De qualquer maneira que seja, porém, a questão é principalmente de oportunidade. É ridículo designar como imo-

ral a política do terror e do assassinato. Se alguém comete uma violência sôbre mim eu tenho o direito absoluto de escolher o meio de defesa que melhor me satisfaça. Assim como um homem em particular, qualquer govêrno perde todo o direito á consideração se comete violências. O modo como esta violência se produz não tem nenhuma importância ; qualquer que seja o modo de restringir arbitrariamente a minha liberdade eu tenho o direito de reivindicá-la sêja qual fôr o meio ao meu alcance.

Não se pode contestar o direito de defesa pêla violência contra a tentativa de dominação. Mas o uso d'esse direito não deve aconselhar-se quando haja ainda outros meios. Se o govêrno fôsse abolido d'um dia pãra o outro é provável que surgissem muitas lutas pêla posse do solo e de outras cousas e o resultado seria talvez uma reação implantando a antiga tirania. Mas se esta supressão se efetuar gradualmente, paralelamente á sua decadência, elevar-se-á o conhecimento cada vez maior das verdades sociaes.

A revolução social deve fazer-se pêla opposição d'uma resistência passiva, isto é, pela recusa á obediência.

A resistência passiva é a arma mais poderosa que o hómem pôde manejar contra a tirania. A resistência passiva, diz Fernando Lassale, é uma resistência que não resiste. Nada mais falso. É pêlo contrário a única resistência que tem probabilidade de successo na nossa época de subordinação militar. Em todo o universo civilisado não há um único tirano que não prefira aniquilar brutalmente uma revolução pêlo sangue a presenciar uma grande parte dos seus súbditos resolvidos a não lhe obedecêr. Uma revolta é facilmente sufocada ; mas não há ezército que possa ser estrangido a apontar os seus canhões contra hómens pacíficos que não se reúnem mêsmo nas ruas e que ficam em suas casas mantendo os seus direitos.

A violência vive de rapinas e extingue-se se as suas vítimas não se deixam roubar.

Não podêmos aniquilá-la prégando, votando ou fuzilando, mas podêmos privá-la de alimentos. Dês-

de que um imponente número de homens enérgicos cuja prisão se tornasse arriscada, fechasse tranquilamente a sua porta, aos cobradôres de impostos de rendas e de alugueis e se fizesse circular apesar das leis, o seu próprio dinheiro suprimindo assim as rendas capitalistas, se êste facto se produzisse o govêrno com todos os privilégios e monopólios que o sustentam estaria dentro em pouco por terra.

Como seria importante e sobretudo irresistível o podêr d'uma minoria enérgica e eselarecida — compreendendo por ezemplo um quinto da população — se recusasse pagar impostos. A agitação da «Irish-land-legue» fornêce-nos uma excelente lição. Assim emquanto ela persistiu na sua política de recusar o pagamento da renda da terra, ela foi a força revolucionária mais poderosa e temível do mundo e só se perdeu no dia em que abandonou a sua política. Mas seguiu esta linha de conduta durante um tempo sufficiente pâra chegar a demonstrar que o govêrno inglês nada podia contra ela ; e não receâmos ezagerar dizendo que não haveria mais proprietários de latifúndios na Irlanda, se os irlandêses tivessem persistido na sua política até ao fim. Por outro lado é mais fácil nos nossos paízes opôrmo-nos ao pagamento do imposto do que os irlandêses opôrem-se ao pagamento da renda das terras. Uma tal política muito mais temível entre nós porque o nosso povo está muito mais desenvolvido intelêtualmente. Mas em todo o caso sempre se tornaria indispensável um número sufficiente de homens e de mulheres que tomassem a iniciativa d'esta resistêcia. Se um quinto sòmente da população se opuzesse ao pagamento de impostos, este facto por sí só daria logar a mais despesas pâra fazer pagar a soma devida ou mêsmo tentá-lo, do que as importâcias que os restantes quatro quintos satisfizêssem ao cofre do Estado em obediência á lei.

CAPITULO VII

A DOCTRINA DE TOLSTOI

I. GENERALIDADES

Lew Nicola jewitch Tolstoi nasceu em 1828 na aldeia de Iasnaia Poliana (cantão de Krapiwna, govêrno de Toula). Fez os primeiros estudos em Kazan no período de 1843 a 1846, iniciando-se nas línguas orientaes e depois no estudo do direito, a que se dedicou em S. Petersburgo, de 1847 a 1848. Depois d'uma permanência prolongada em Iasnaia Poliana, alistou-se num regimento de artilharia do Cáucaso (1851) onde esteve até 1853. Já official tomou parte na guerra de Criméa dimitindo-se depois d'esta campanha em 1855.

A partir d'esta data Tolstoi viveu quase sempre em S. Petersburgo. Em 1857 iniciou uma grande viagem através da Alemanha, França, Itália e Suíça, fixando-se no regresso em Moscow. No período de 1860 a 1861, Tolstoi viajou novamente pela Alemanha, França, Itália, Inglaterra e Belgica, conhecendo Proudhon em Bruxelas.

Depois de 1861 Tolstoi tem vivido quase que ininterruptamente em Iasnaia Poliana, decorrendo o seu tempo entre occupações ruraes e trabalhos literários.

Tem publicado numerosas obras. Até 1878 compreendem sobretudo narrativas, pertencendo a este

período os notáveis romances «A guerra e a paz» e «Anna Karenina». As suas obras posteriores manifestam um caráter acentuadamente filosófico.

Os principaes escritos de Tolstoi sôbre o direito, o Estado e a propriedade são: «Confissões» (1879), «Curta dissertação sôbre o Evangelho» (1880), «Minha crença» (1884), «Que fazer» (1885), «Da vida» (1887), «O reino de Deus está em vós! ou o cristianismo considerado mais uma nova concêção da vida do que uma doutrina mística» (1893).

Tolstoi não qualifica de anarquismo a sua doutrina sôbre o direito, o Estado e a propriedade. O anarquismo, segundo êle, é a doutrina que considera uma vida libertada de todo o govêrno como fim a atingir pêlo emprêgo da força.

2. A BASE

O amor é, segundo Tolstoi, a nossa lei suprema. D'êle deduz o filósofo o postulado da não opposição ao mal pêla força.

Tolstoi toma pâra base o cristianismo; mas esta palavra não significa pâra êle um das egrejas cristãs, ortodóxa, católica ou protestante, mas a verdadeira doutrina de Cristo.

Por muito bizarro que pareça, as egrejas não têm sômente desconhecido em todo o tempo a doutrina de Cristo, mas têm-se manifestado sempre hostís. As egrejas não são, como geralmente se crê, instituições baseadas sôbre um fundo cristão e desviadas apenas do caminho direito, as egrejas como taes, isto é, como congregações que sustentam a sua infabilidade, são instituições anti-cristãs. As egrejas cristãs e o cristianismo só têm de comum o nome: são elementos diametralmente opostos e antagônicos. O cristianismo é a humildade, a penitência, a submissão, o progresso e a vida; as egrejas são o orgulho, a violência, a autocracia, a petrificação e a morte. A Igreja, pâra comprar ao mundo transformou a doutrina de Cristo,

de maneira a que nenhuma obrigação resulte d'ela para os homens e que estes continuem a viver como anteriormente. A Igreja cedeu perante o mundo e depois de se lhe ter entregado, seguiu-o. O mundo fez tudo o que quiz e deixou a Igreja arranjar como podesse os seus dogmas sobre o sentido da vida. O mundo venceu violando as doutrinas de Cristo e a igreja inventou subtilidades para demonstrar que os homens começaram a viver uma vida peor que a dos pagãos e que a igreja não contente em tolerar uma conduta igual ousou mesmo pretender que ela era conforme á doutrina de Cristo.

O que mais difere da doutrina de Cristo é o dogma da fé cristã, isto é, o conjunto d'esses dogmas intelligíveis e por isso mesmo inúteis. Nós não conhecemos deus, creador extrínseco do homem, origem de todas as origens; Deus é o espirito no homem, é o seu conhecimento da vida. Cada homem reconhece em si próprio um espirito livre, racional e independente da matéria; este espirito é o que nós chamamos Deus. O Cristo era um homem, filho d'um pae desconhecido; não conhecendo seu pae, na sua candura infantil chamou pae a Deus. E com efeito elle era filho de Deus pelo espirito, como todo o homem, e personifica o homem que se reconhece filho de Deus. Os que pretendem que Cristo declarara que vinha resgatar com o seu sangue a humanidade sacrificada pelo peccado de Adão; que dissera que Deus constituia uma Trindade; que o Espirito-Santo descêra sobre os apóstolos e que pela bênção se transmitira ao padre; que o cumprimento dos sete sacramentos era a condição necessária da nossa salvação, etc, etc, etc; esses empregam doutrinas absolutamente contrárias ás de Cristo. Jamais Cristo fez referências á resurreição, ou á immortalidade da alma além-túmulo. Estas representações são além d'isso grosseiras e sem elevação. A resurreição e a ascensão podem filiar-se entre os milagres inverosímeis mais chocantes.

Tolstoi não reconhece a doutrina de Cristo senão pelo seu bom senso e não pela sua fé na revelação.

A crença em uma revelação foi a causa principal que fez que a doutrina fôsse primeiramente mal interpretada e em seguida completamente mutilada. A fé em Jesus-Cristo não consiste na crença cega de tudo o que se tem dito a seu respeito, mas do conhecimento da verdade.

Como há uma lei de evolução, o que é preciso é tratar do evolução. Eis a última palavra da educação requintada da nossa época e ao mesmo tempo d'esse obscurecimento da consciência a que estão sujeitas as classes cultivadas. Mas, desde que nasce o dia até ao pôr do sol, a vida humana é uma série ininterrupta d'ações. Entre cem ações ao seu alcance o homem deve escolher cada dia as que conta realizar; por consequência o homem não pôde esquivar-se a seguir uma certa linha de conduta, pois que a razão é reconhecida pelo homem como lei que deve guir a sua vida. Se não existe uma razão superior — e na realidade nada prova a existência d'ela — é a minha própria razão que deve ser o juiz suprêmo de minha vida. O império sempre crescente da razão consciente sobre a personalidade humana, eis a verdadeira vida, eis a vida oposta á simples existência.

Outr'ora dizia-se: não raciocines, mas tem fé no dever que te prescrevêmos. A razão pode induzir-te em erro; só a fé te alcançará a verdadeira felicidade da vida. E o homem procurando a fé encontrá-la. Mas, graças ao comércio que entretinha com os outros homens, notou que as suas crenças diferiam entre si e que cada um pretendia que era a sua que conduzia á felicidade.

Foi então posta a questão de resolver qual era entre todas essas crenças a verdadeira. Sòmente a razão podia decidir. Se o budista conhecendo o Islam, não deixa por isso de ficar menos budista, a causa não deve mais atribuir-se á fé, mas unicamente á razão. Desde que uma nova crença se apresenta deante d'êle pôndo-lhe a questão de se determinar por qualquer das duas, é a razão que tem de resolvêr. Se foi iniciado na doutrina do Islam e fica contudo budista,

é porque a convicção raciocinada tomou o lugar da fé. Só pela razão o homem reconhece a verdade, jamais pela fé.

A lei da razão só gradualmente se revêla ao homem. Há mil e oitocentos ânos que uma nova doutrina surgiu no mundo romano-pagão, doutrina infinitamente superior a todas as que a tinham precedido e atribuída a um homem chamado Cristo. Esta doutrina contém a mais exata, a mais pura e a mais completa concepção da lei da razão pelo espirito humano. Jamais o homem se ergueu tão alto. A doutrina de Cristo é a própria razão e deve ser abraçada pelos homens porque é ela a única que concretisa todas essas regras da vida sem as quaes nenhum homem viveu nem saberia viver, se quer viver como homem, isto é conformemente á razão que impede o homem de afastar-se d'ela.

Segundo a lei de Cristo o amor deve ser a nossa lei suprema.

O que é o amor? Para aquêles que não comprehendem a vida, o amor é a preferência que mostram por certas condições do seu bem estar pessoal em detrimento d'outras. Quando o homem que não comprehende a vida diz que ama a sua mulher, o seu filho ou o seu amigo contribue para o seu bem-estar pessoal.

O verdadeiro amor é sempre a abnegação do bem-estar pessoal no interesse do prócimo. O verdadeiro amor consiste em um estado de benevolência, de afeabilidade para com todos os homens, diferente d'essa hostilidade particular das creanças que só se encontra no homem consciente no caso d'uma renúncia. Que ser humano não experimentou ainda, pelo menos uma vez na vida e principalmente na primeira juventude, esse ditoso sentimento de ternura, que nos comove e nos expande a alma a tal ponto que tudo quereríamos amar, o nosso pae, a nossa mãe, os nossos irmãos, os maos e os inimigos, o cão, o cavallo e a própria relva humilde? O nosso desejo seria então que a vida deslizesse tranquila, que todos fôsem felizes, e que essa felicidade piedosamente as nossas

mãos a dessem, num sacrificio que até a própria vida nos levasse, se essa vida pudesse tornar alguém ditoso, se essa vida pudesse dar algum prazer. Eis em que consiste a vida do homem.

O verdadeiro amor é um ideal da perfeição completa, infinita, divina. A perfeição divina é a asíntota da vida humana, para a qual esta tende sem cessar, e de que cada vez mais se aproxima, só a atingindo porém na eternidade. Segundo as antigas doutrinas a verdadeira vida consistia no cumprimento de preceitos e de leis; segundo a lei de Cristo ela consiste em nos aproximarmos o mais possível da perfeição divina, que nos é dada como exemplo e de que todos têm o sentimento interior.

O amor segundo o dogma de Cristo é a nossa lei suprema. O postulado do amor é a essência da doutrina. Ha três pontos de vista, únicos, d'onde se pode encarar a vida. Podemo-la considerar: 1.º como pessoal ou animal; 2.º como social e pagã; 3.º como cristã ou divina. O homem que vive á maneira do animal, o selvagem, só elle se reconhece com direito á vida; o goso pessoal é o estímulo da sua vida. O pagão, o homem sociável, não quer a vida só para elle, e reconhece-a também na comunidade, quer seja a família, o clan, a raça ou o Estado; a glória é o estímulo da sua vida. Finalmente, o homem que considera a vida do ponto de vista divino, não a limita á sua pessoa e á comunidade, vae filial-a na origem primordial da vida eterna e infinita, em Deus; o amor é o estímulo da sua vida.

Dizer que o amor segundo a doutrina de Cristo é a nossa lei suprema equivale a dizer que o amor é também a nossa lei suprema. Desde 1852 que Tolstoi exprime este pensamento: «O amor e a caridade, eis a verdade, — a única verdade d'este mundo. E mais tarde, em 1887, diz que o amor é a única ação sensata do homem, aquella que resolve todas as contradicções da vida humana. O amor suprime a atividade insensata, visando a encher o tonel sem fundo da nossa personalidade animal; impede a luta cega entre as pessoas

que aspiram á sua própria felicidade e dá á vida um fim independente do tempo e do espaço, sem o qual a vida seria um deslizar inconsciente, sem sentido a caminho da morte.

Da lei do amor deduz a doutrina de Cristo o postulado «que ninguém deve opôr-se ao mal pêla violência». Não te opônhas ao mal! quér dizêr, não te opônhas nunca aos maos, ou, não te opônhas a ninguém pêla força, isto é, não comêtas nunca uma ação que sêja contrária ao amor.

Cristo tirou d'este postulado particularmente a lei do amor. No seu sermão da montanha enunciou êle cinco postulados. Estes postulados não constituem a sua doutrina, mas não deixam de sêr, contudo, um dos numerosos degraos que nos condúsem á perfeição e no ponto em se encontra a humanidade atual.

Eis o conteúdo do primeiro postulado do sermão da montanha: «Vive em paz com tôdos, e se a paz fôr interrompida emprêga tôdos os teus esforços pâra restabelecê-la.» O segundo diz: «O hómem tomará uma única mulhêr, e a mulhêr um único marido; que marido e mulhêr não se sepárem sob nenhum pretexto.» Eis o terceiro: «Não faças voto algum» e o quarto: «Suporta tôdas as afrontas e não respondas ao mal com o mal.» O quinto: «Não perturbes a paz, embora pâra seres útil ao teu pôvo.»

De tôdos êstes postulados o mais importante é o quarto, assim expresso em Matêus, V, 38-39: «Vós tendes ouvido o que se disse: ôlho por ôlho e dente por dente. Eu porém, digo-vos, que não resistais ao que vos fizêr mal, e se alguém te ferir na tua face direita, oferêce-lhe também a outra.» Tolstoi conta como esta passágem se tornou pâra êle «a chave do tôdo». Bastou-me considerar nestas palavras ditas com uma tão grande simplicidade, pâra compreênder logo toda a doutrina de Cristo. Não sómente no sermão da montanha, mas ainda nos evangelhos em geral, tudo o que me tinha parecido confuso se tornou claro, tudo o que me tinha parecido contraditório se tornou lógico. O conjunto d'essas partes diversas formou um tôdo cu-

jas partes respètivas fôram a irrefutável confirmação das outras, como os destroços d'uma estátua quebrada depois de justapostos. O princípio da não-resistência constitue um laço que coordena as diferentes partes d'um tódo, mas sòmente no caso em que não há uma simples tendência, mas uma regra obrigatória, um mandamento. É na verdade a chave que abre tudo, uma vez que ela penetre no interiôr da fechadura.

É forçosamente na lei do amôr que é preciso vêr a origem do postulado da não-resistência ao mal. Porque é esta lei que ezige que ou procurêmos um sinal preciso e indubitável do mal ou renunciêmos ao emprêgo da violência pâra resistir ao mal. Até agora era umas vezes o papa, o imperador ou o rei, outras vezes uma reunião de eleitos, ou ainda o povo inteiro, que declarávam o que constituia um mal e que decidíam tambem se se devia ou não combater-se pêla violência. Mas no Estado, bem como fóra d'êle houve sempre hómens que por sua própria conta não reconheceram as decisões que se queria fazêr passar como leis divinas, nem as decisões de hómens revestidos d'um caráter de santidade, e tampouco as instituições com a pretensão de representárem a vontade do povo; em uma palavra, hómens que aprovávam o que os poderes ezistentes considerávam um mal e que usávam da violência contra a violência d'esses podêres. Os hómens revestidos d'um caráter de santidade considerávam como mal o que tinha parecido bom ás instituições e aos hómens revestidos do podêr secular; e a luta agraváva-se cada vez mais. Chegou-se ao ponto em que hõje estâmos, isto é, á constatação evidente do facto que não eziste nem pode ezistir a definição absoluta do mal. D'aí a necessidade de adòtar a solução proposta por Cristo.

O postulado da não-resistência ao mal não deve, segundo Tolstoi, ser compreendido de tal sorte que se afigure como interditôr de toda a luta pêlo mal. Êle só condêna nesta luta o emprêgo da violência. Esta luta proibe-a sem restrições. Êle considera pois não sòmente o mal de que nos fâzem sofrer, mais ainda, o

mal de que se faz sofrêr o nosso prócimo. Quando Pedro arrancou a orêlha do servidor do sumo sacerdote não foi a sua pessôa que êle defendeu, mas a do querido e divino mestre. Todavia, Cristo condenou o seu procedimento dizendo :

«Aquêlê que se servir da espada morrerá com a espada.» O postulado não quér tambem significar que só uma parte dos hómens deve cedêr sem luta deante do que dítam certos superiôres, mas torna esta proíbição extensiva a todo o hómem e por consequência tambem àquêles que téem o podêr interdizendo a êstes, em particular, o emprêgo da violência seja contra quem fôr e em que circumstância fôr.

3. O DIREITO

I. Em nome do amôr, isto é, baseándo-se sôbre o postulado da não-resistência ao mal, Tolstoi rejeita o direito, não d'uma maneira absoluta, mas pâra os povos civilisado do nosso tempo.

Ainda que não fale senão de leis, Tolstoi considera como tal o direito inteiro, rejeitando em princípio toda a norma baseada sôbre a vontade de indivíduos, mantida pêla força humana, especialmente pêlos tribunaes, norma que pode diferir da lei moral, devergir de território pâra território e que pôde sempre ser alterada arbitrariamente.

Podará ter sucedido que outróra a ezistência do direito fôsse mais benéfica do que a sua ausência. O direito é salvaguardado pêla força e impede a violência entre os hómens. Ora, talvez que em uma época passada a primeira fôsse menos opressiva que a segunda. Mas êsses tempos passáram evidentemente, os costumes amenisáram-se e os hómens dos nossos dias reconhécem as leis da filantropia e da caridade, e reclâmam a possibilidade d'uma ezistência tranquila e pacífica.

O direito está em opposição com o postulado da

não-resistência ao mal. Cristo declára-o. As suas palavras : «Não queirais julgar pãra que não sejais julgados (Matêus, VII, 1)» e «não condenai e não sereis condenados», estas palavras não quêrem simplesmente dizêr : não julgai o vosso prócimo por palavras, mas : não o condenai pêlo facto ; não julgai o vosso prócimo segundo as vossas leis humanas e nos vossos tribunaes. Aqui, o Cristo não fala sòmente das relações de cada um de nós com os tribunaes, mas rejeita a administração da justiça como tal. Êle diz : imaginais que as vossas leis diminúem o mal, mas elas não fazem senão aumental-o ; ha um único meio de impedir o mal é fazêr bem em troca do mal, é fazer bem a todos, sem distincão. Ê Cristo que me diz «o meu coração e a minha razão» são uma e a mesma cousa.

O requisitório do direito não fica porém, por aqui. O poder só condêna pêla forma imutável da lei o que na maior parte dos casos a opinião pública tem já negado e condenado de há muito ; ora a opinião pública nega e condena todas as ações que são contrárias á moral ; a lei, por sua vez, só prevê e condena um certo conjunto d'ações, conjunto muito restrito e limitado, sancionando assim todas as ações equivalentes mas que não se ácham incluídas neste conjunto. A opinião pública, dêside o tempo de Moisés reprova e condena o egoismo, a libertinagem e a crueldade. Reprova e condena egualmente o egoismo sob tôdas as suas formas : não só a apropriação do bem d'outrem pêla força, pêla fraude ou pêla astúcia, mas também tôda a exploração. Condena toda a espécie de fornicacão quér com a cortezã, com a escrava ou com a mulhêr divorciada, mas ainda com sua legitima mulhêr.

Condena toda a espécie de crueldade, quér consista no mao tratamento ou na alimentacão insuficiente, mas o assassinato não só de pessôas mas ainda de animaes. A lei só prevê certas formas de egoismo, como o roubo e a fraude, assim como certas formas de libertinagem e de crueldade, taes como o adultê-

rio, o assassinio e a mutilação. A lei autorisa pois todas as outras formas de egoismo, de libertinagem e de crueldade, desde que não possam ser classificadas em definições estreitas, provenientes de falsas concepções.

O Judeu podia facilmente submeter-se ás suas leis, porque não duvidava que fôsem escritas pelo dêdo de Deus; do mesmo modo o Romano que admitia a inspiração da ninfa Egéria; e em geral tódo o hómem quér vêja nos seus príncipes «ungidos do senhôr», quér admita que as assembléas legislativas téem a idôneidade e competência pára fazer as melheres leis possíveis. Mas já na época do advento do cristianismo se começou a comprehendér que as leis éram feitas pelos hómens; que êstes, qualquér que sêja o seu esplendôr externo, não pódem ser infalíveis e que hómens sujeitos a êrros não adquirem a infalibilidade pelo facto de se reunírem sob o nome de Senado ou qualquér outro. Nós tódos sabêmos como se fabricam as leis; nós tódos estivêmos já por detraz dos bastidôres e não ignorâmos que as leis são produto do egoismo, da burla, da luta dos partidos, e que a verdadeira justiça está, como não podia deixar de sêr, afastada de tudo isso. Eis porque o reconhecimento de qualquer lei é um sinal de crassa ignorância.

II. O amôr determina que seja êle a lei do hómem e jâmais o direito.

Dedus-se d'aqui que nos devêmos guiar pelas leis de Cristo e não pelo direito. Ora, isto «é o reino de Deus sôbre terra.

O dia e a hora em que surgirá o reino de Deus depêdem apênas dos hómens. Que câda um comece a fazer o que nós tódos devêmos fazer e que se absteinha de fazer o que nos é interdito, e então um futuro prócimo nos trará o anunciado reino de Deus. Se câda um quizesse, na medida das suas forças proclamar a verdade que conhece ou se ao mênos se obstinasse a não considerar como verdade a mentira em

que vive, então neste mesmo ano de 1893 produziram-se já mudanças tendentes a estabelecer a verdade sobre a terra, mudanças que, assim, só ousamos sonhar-as para daqui a alguns séculos. Ainda um pequeno esforço e o Galileu terá vencido.

O reino de Deus não se encontra no mundo exterior, mas na alma humana. O advento do reino de Deus não será um deslumbramento que fira os nossos olhos. Não se dirá: «Ei-lo aqui ou ei-lo acolá. Porque o reino de Deus está dentro de vós (Lucas, XVII, 20 — 21)». O reino de Deus consiste na execução dos mandamentos de Cristo, principalmente do cinco mandamentos do sermão da montanha, que nos ensinam o que devemos fazer para nos aproximar-mos o mais possível do ideal do amor; que nos incitam a viver em paz com o nosso próximo; a fazermos quanto em nossas forças caiba para que a paz seja restabelecida quando momentaneamente alterada; a ser-se fiel como marido á sua mulher, como a mulher a seu marido; a não fazermos promessas, a não rompêmos, emfim, a paz com quem quer que seja ainda mesmo a favor do povo a que pertencêmos.

Que forma tomará a vida exterior no reino de Deus? O discípulo de Cristo será pobre, isto é, não habitará na cidade mas no campo; não permanecerá em casa, mas trabalhará na floresta e nos campos, vendo a luz do sol, a terra, o ceu e os animaes; não se ocupará em saber o que é preciso comer para excitar o seu apetite e o que apressará a digestão, mas terá fome três vezes ao dia; não rolará sobre macios colxões a contas com a insónia, mas dormirá; terá doenças, sofrerá, morrerá—parece que os pobres sófrem e mórrem mais facilmente do que os ricos—; finalmente, «viverá em uma comunidade livre com todos os homens». O reino de Deus sobre a terra é a paz entre os homens; tal como apareceu aos profetas assim êle aparece a todo o coração humano.

4. O ESTADO

I. Tolstoi rejeita o direito e faz o mesmo á instituição jurídica do estado, quanto aos povos civilizados da nossa época.

Houve talvez um tempo em que, dado o grau inferior da moralidade e da disposição geral dos homens para a violência, se tornava vantajosa a existência d'um poder limitando esta violência. Era uma época em que o poder do Estado se tornava menos opressivo que aquêle que os indivíduos exerciam mutuamente. Mas uma tal vantagem da existência do poder do Estado sobre a sua não-existência, não podia durar muito. A' medida que se acalmavam as paixões violentas dos indivíduos, que os costumes se poliam, á medida que os governos, graças ao seu poder ilimitado, degeneravam cada vez mais, a instituição do Estado ia perdendo todo o seu valor.

Esta transformação, isto é, a moralização das multidões e a degenerescência dos governos, eis toda a história dos últimos vinte séculos. Eu não posso provar em absoluto, nem a utilidade do Estado nem a sua nocividade; o que posso, porém, afirmar é que não tenho necessidade do Estado e que não devo contribuir para que a sua existência se mantenha.

O Cristianismo, no verdadeiro sentido da palavra, suprime o Estado e destrõe todos os governos. O Estado é oposto ao amor, isto é, ao portulado da não-resistência ao mal. Mas não é tudo ainda, o Estado fundando um governo estabelece a contradição com este facto que aos olhos dos amor todos os homens são filhos de Deus e todos eguaes. E' por isso que, abstraíndo mesmo da circumstância de que elle se baseia na violência como instituição jurídica, é por isso que o Estado deve ser abolido. Que a doutrina cristã só visa a salvação do individuo e se refere unicamente ás questões d'uma ordem geral e especialmente aos negócios do Estado, eis uma afirmação tão ousada como errónea.

Todo o homem sério e sincero da nossa época deve compreender que o verdadeiro cristianismo — a doutrina da humildade, do perdão, do amor — é incompatível com o Estado e seu orgulho, com os seus actos de violência, a pena de morte e as guerras. O Estado é um fetiche. A necessidade da sua abolição é independente da sua forma, que ela seja a monarquia absoluta, a Convenção, o Consulado, o primeiro ou o segundo império, o reino d'um Boulanger, a monarquia constitucional, a Comuna ou a República.

Eis como Tolstoi desenvolve esta tése.

O Estado é a dominação. O governo do Estado é a reunião de indivíduos que violentam os outros homens. Todos os governos, quer sejam despóticos ou liberaes, são em nossos dias, no dizer tão expressivo de Herzen, um Djinghiz-Khan com telégrafo. Os homens que detém o poder ezercem-no, não para vencer o mal, mas unicamente por interesse ou capricho, e os outros homens submetem-se não porque reconheçam que é para seu bem e que lhes vem d'êles a libertação, mas porque não podem subtrair-se ao jugo.

Se Nice permanece anexada á França e a Lorena á Alemanha, se a Boémia está reunida á Áustria, se a Polónia foi despedaçada, se a Irlanda e as Índias estão submetidas á Inglaterra, se se combate na China e se massácram os Africânders, se se expúlsam os Chinezes da América e se perséguem os judeus na Rússia, tudo isto não se faz porque seja bom, necessário ou útil aos homens, ou porque o contrário lhes seria funesto, mas simplesmente porque é do agrado d'aquêles que detém o poder.

O Estado é o dominio dos maos. «Destruí o Estado e os peores governarão os máos», eis o que dizem os defensores do Estado. Mas por ventura o poder, transmitindo-se no Estado de mão em mão, é sempre pessuido pelos mais dignos? Quando chegaram ao poder Luiz XVI, Robespierre ou Napoleão quem é que governava, os melhores ou os peores? Quando reinávam os melhores, era quando tinham o poder os versalhezes

ou os comunistas? Quando reinava Carlos I ou Cromwel? E quando, depois do assassinato do csar Pedro III, reinávam Kathrine e Pougatschew cãda um em sua parte da Rússia, qual era o bom, qual era o mau? Tôdos os hómens que téem o podêr pretêdem que êsse podêr é necessário pâra que os maos não violêntem os bons, considerando como inteiramente natural que êles é que são os bons e que protêgem os outros bons contra os maos. Mas, na realidade aquêles que monopolísam o podêr e o detêem não pôdem ser os melhores. Pâra se apoderar do podêr e pâra o conservar é preciso amal-o. Ora, raras vezes a aspiração ao podêr anda ligada á bondade, mas antes aos caratêres contrários, ao orgulho, á astúcia, á crueldade. Sem se elevar a si-próprio nem deprimir os outros, sem hipocrisia nem mentira, nem prisões nem fortalezas, sem assassinatos nem punições, podêr algum se fundar e mantêm. É absolutamente ridículo falar d'um cristão detentôr do podêr. Acrescentêmos que a posse do podêr corrompe os hómens. Os detentôres do podêr abúsam d'êle porque o podêr, quando é considerável, entontece. Tôdos os remédios que os hómens téem inventado pâra impedir os dirigentes de subordinar a salvação da colêtividade á sua própria vantágem, falháram complêtamente. Toda a gente sabe que os dirigentes, imperadores, ministros, perfeitos da polícia, gendarmes, etc, ezatamente pêlo podêr que úsam, inclinam-se mais pâra a imoralidade e pâra a subordinação do bem comum ao seu benefício pessoal, do que aquêles que não téem ninguem a dirigir. Nem d'outro modo poderia ser.

O Estado é o domínio dos maos impellido até ao extremo. Sempre o cálculo ou mêsmo o esforço inconsciente das autoridades, agirá no sentido da maior opressão dos violentados, porque quanto mais fracos fôrem estes mais facilmente poderão ser dominados. Em nossos dias há apenas um único domínio onde o podêr governamental não tem ainda interferência, é o da família, da economia, da vida privada e do trabalho. Mas, devido aos ataques dos comunistas e dos socialistas,

os governos comecem já a invadir esse reduto de modo que, com o auxílio de taes reformadores, o trabalho e o repouso, o trajo e vestuário, serão dentro em pouco fixados e regulamentados pelas autoridades. Um bando de salteadores não é mais terrível do que um governo bem organizado. O poder d'um chefe de quadrilha é menos limitado porque os salteadores conservam uma parte da liberdade humana e podem recusar-se a cometer uma ação que repugne ás suas consciências. No Estado não ha semelhantes restrições. Não se concebe crime, por mais terrível, que não pudesse ser praticado pelos funcionários e pelo ezército ás ordens d'um homem que por acaso suba ao poder, seja ele Boulanger, Pougatschew ou Napoleão.

O poder do Estado repousa na força material.

Todo o governo é sustentado por homens armados, prontos a fazerem respeitar pela força e vontade do governo, por uma casta educada para o assassinio e por elle glorificada. Esses homens constituem a policia e principalmente o ezército. O ezército não é mais de que um conjunto de assassinos disciplinados; a sua instrução é a escola do assassinato; as suas vitórias são massacres. O ezército foi sempre a base do poder e é ainda na actualidade o seu único apoio. O poder pertence sempre aquelle que comanda o ezército, e dos cesares romanos até aos imperadores russos e alemães, o maior cuidado dos potentados é o ezército.

As tropas sustentam a principio exteriormente o poder do governo. Elas impedem que esse poder lhe seja arrancado por um outro governo. Uma guerra não é mais do que um litigio entre muitos governos relativo ao poder a exercer sobre um território. Enquanto durar a insensata e perniciosa submissão dos povos aos governos, será preciso estabelecer a paz universal d'uma maneira nacional, por convenções ou por arbitragens. Dada a importancia dos ezercitos todo o Estado se vê forçado a aumentar o numero das suas tropas, aumento que é contagioso como o notou já Montesquieu há mais de cento e cinquenta annos.

Mas, se se acredita que os ezércitos são constituídos pêlos govêrnos unicamente em vista da defeza do território, esquece-se que os govêrnos têm necessidades d'êles muito principalmente pâra se defendêrem contra a possível revolta dos seus povos oprimidos. Não há muito tempo que no parlamento alemão o chancelér do império interrogado sôbre a necessidade de aumentar o soldo aos sargentos, respondeu abertamente que precisava de sargentos fieis para combater o desenvolvimento do socialismo. M. Caprivi não fez mais do que proclamar em voz alta o que ninguém ignorava, ainda que o escondêssem cuidadosamente ao povo. É a mesma razão porque os reis de França e os papas tinham os seus «Suiços» e «Escocêses». É pelo mesmo motivo que na Rússia os regimentos são distribuidos de tal sorte que os do interiôr do Império são recrutados nas províncias da fronteira e os das províncias da fronteira são recrutados no interiôr do Império. M. Caprivi proclamou pois, por acaso, o que todos sâbem ou pelo menos sêntem; que a ordem âtual não eziste por uma necessidade intrínseca ou porque o povo assim a quér, mas simplesmente porque ela é salvaguardada pelo podêr do govêrno, pelo ezército com seus sargentos, seus officaes e seus generaes corrompidos.

O domínio ezercido pelo Estado é baseado sobre a força material dos dominados.

O direito caraterístico de todo o govêrno é que êle pede aos cidadãos o próprio podêr que é o seu fundamento; assim no Estado todos os cidadãos são opressôres de si mêsmos.

O govêrno pede aos cidadãos o podêr e o sustentâculo do podêr. D'aí na Rússia a obrigação geral do juramento quando sóbe ao trono uma csar, juramento pelo qual se promete obedecer a hómens investidos de podêr; d'aí a obrigação de pagar o imposto que será empregado em obras destinadas a fortalecer êsse podêr; d'aí a obrigação do passaporte, ação pela qual se reconhece a nossa dependência das instituições do Estado; d'aí a obrigação do testemunho nos tri-

bunaes, de fazer parte de tribunal na qualidade de jurado e de satisfazer assim a lei da vingança; d'aí o devêr, na Rússia, de tódos os camponêses fazerem serviço na polícia, o que equivale a ezigir de nós o sacrificio de vexarmos e atormentarmos os nossos irmãos; d'aí sobretudo o serviço militar obrigatório, isto é, a obrigação de ser carrasco, e de se preparar no mistér de carrásco. E' no serviço militar obrigatório que melhor se manifesta o a-cristianismo do Estado. Todo o hómem deve manejar armas mortíferas: uma espingarda, um punhal e quando é forçado a matar deve ao menos carregar a sua espingarda e afiar o seu punhal, isto é, deve ezercitar-se pâra matar.

Mas, como pôde sêr que os cidadãos satisfâçam as ezigências do govêrno, pois que é o próprio cumprimento d'essas ezigências que tórna possível a ezistência do govêrno e a opressão mútua dos cidadãos? Isto produs-se graças a uma das organizações mais artificiaes, montada peça por peça, com todo o rigôr dos aperfeiçoamentos científicos e que faz que os hómens permanêçam num embevecimento de que não pôdem libertar-se. Este encanto, esta magia irresistível, consiste âtualmente em quatro processos d'influência, meios estreitamente ligados entre si como os anéis d'uma cadeia. O primeiro processo é o que se poderia chamar com mais propriedade a hipnotisação do povo.

Esta hipnotisação vulgarisa entre os hómens a opinião errada de que o estado atual das cousas é imutável e deve ser mantido, emquanto na realidade êle só é imutável porque o consêrvam. Esta hipnotisação faz-se cultivando duas espécies de superstições, a saber, a religião e o patriotismo, e começa a ezercer a sua influência dèsde a infância do individuo até ao túmulo. Em vista d'esta hipnotisação poderia dizer-se que o podêr do Estado basêa-se na sugestão fraudulenta da opinião pública.

O segundo processo consiste na corrupção, isto é na ação de tirar a riqueza ás classes laboriosas por

meio de impostos e distribuil-a pêlos funcionários que, por este salário, continuám e agrávam até com o seu *trop de zèle* a opressão do povo. Se os funcionários crêem tôdos mais ou menos na imutabilidade da ordem atual, é porque isso lhes é útil. Tendo em vista esta corrupção poder-se-ia dizêr que o podêr do Estado basêa-se no egoismo d'aquêles a quem garante logares muito rendosos.

O terceiro processo é a intimidação que consiste em apresentar a ordem reinante no Estado, quer seja livre, republicano ou despótico, como alguma cousa sagrada e infalível, e em ameaçar com os mais atrozes castigos tôda a tentativa de alterar esta ordem. — O quarto processo, emfim, consiste em arrancar d'entre as pessoas embrutecidas e hipnotisadas pêlos três processos precedentes, um certo número d'hómens que se submétem a processos ainda mais enérgicos de embrutecimento e de bestialisação, de modo que se tórnem nas mãos do govêrno, instrumentos destituídos de vontade capazes de cometer tôdas as brutalidades, tôdas as crueldades que o govêrno lhes ordenar. E' do ezército que nós falâmos, do ezército que recruta hoje todos os mancêbos, devido ao serviço militar obrigatório.

Eis fechado o círculo da violência.

A intimidação, a corrupção e a hipnose lévam os hómens a alistar-se nas fileiras. Os soldados por sua vez géram a possibilidade de punir os hómens, de roubar os seus bens, de corromper os funcionários com êste dinheiro, d'hipnotisar as massas pâra lhes arrancar soldados, que por sua vez fornecem os meios de cometer todos êstes crimes.

II. O amôr ezige que o Estado sêja substituído por uma vida social baseada unicamente nas leis do Amôr.

Todo o indivíduo, por pouco que reflita, reconhece hoje a impossibilidade de continuar a seguir a maneira atual de vivêr e a necessidade de fixar novos

modos d'ezistência. E' preciso que a cristandade dos nossos dias abandone por completo as formas pagãs da vida, que aliás condena, e que edifique uma nova vida sôbre as bases cristãs que reconhece.

Uma vez abolido o Estado, os hómens deverão egualmente viver em sociedade. Mas o que é que os conservará unidos?

Nenhuma promessa, certamente. Cristo interdissenos o voto, nada devemos prometer. O cristão não pode prometer que fará uma cousa a uma certa hora, ou que a não fará, porque êle não pode saber o que a lei do Amôr, cuja submissão constitue o sentido da vida, lhe pedirá nessa mesma hora. Não pode tampouco prometer o cumprimento da vontade de alguém sem saber qual será o conteúdo d'essa vontade. Uma única promessa semelhante mostraria que a lei interna de Deus não é mais a lei única da sua vida, e sabemos que se não póde servir a dois senhores ao mesmo tempo.

A influencia intelètual que os indivíduos mais avançados em conhecimentos ezércem sôbre os mais atrasados deverá para o futuro reunir os hómens em sociedade. A influênciã intelètual é uma ação ezercida sôbre o indivíduo pêla qual os seus desejos se modificam e coincidem com o que se lhe pede; o hómem que se submete á influênciã intelètual d'outrem, obra segundo os seus próprios desejos. A força pêla qual os hómens pódem vivêr em sociedade consiste nesta influencia intelètual ezercida pêlos indivíduos mais adiantados em conhecimentos sobre os mais atrasados, e no hábito dos indivíduos que reflétem pouco em seguir as indicações d'aquêles que atingiram um grao mais alto de cultura. Graças a esta particularidade um conjunto d'hómens sudmete-se aos mesmos princípios racionaes, fazendo-o a minoria, conscientemente, porque taes princípios correspóndem aos postulados da sua razão; fazendo-o a maioria inconscientemente, porque êles têm penetrado a opinião pública. Nesta submissão não ha nada d'insensato nem de contraditório.

De que maneira se exercerão na sociedade futura as funções de que o Estado se encarrega atualmente? Quando se põe esta questão occorrem habitualmente três cousas.

Primeiramente na proteção contra os maos vivendo entre nós. Mas quem são, porém, esses maos? Se, há três ou quatro séculos, na época em que se glorificavam as artes guerreiras e as armaduras, se considerava admirável a ação de matar; se então havia taes homens, já não existem, porém, hoje em que ninguém traz armas, em que todos reconhecem as leis da filantropia. Se por outra parte se entende por maos, de que o Estado nos deve protegêr, os criminosos, sabemos hoje que elles não são seres diferentes de nós, tal como o lobo o é entre as ovelhas, e que, ao contrário, são individuos nossos semelhantes que têm pelo crime a mesma aversão do que nós; sabemos que a ação do Estado com as suas punições crueis, prisões, torturas e guilhotinas, já não corresponde ao progresso atual da moralidade, e que, ao contrário, tudo isso contribue mais para o embrutecimento do povo do que para sua instrução, aumentando em vez de diminuir o número de malfeitores. Se somos cristãos e partimos do principio que o fim da nossa vida é servir os nossos semelhantes, não haverá ninguém tão insensato que prive dos meios de subsistência ou mate individuos que o servem. Miklucho Maclay estabeleceu-se entre homens incultos, selvagens e não somente estes respeitaram a sua vida como o amaram e se pozeram na sua dependência, simplesmente porque elle não os temia e só lhes fez bem, nada exigindo d'elles.

Em segundo lugar pensa-se na maneira como poderemos protegêr-nos na sociedade futura contra o inimigo exterior. Não ignoramos, porém, que as nações da Europa reconhecem os principios da liberdade e da fraternidade e que, por consequência, não têm necessidade de se garantir uns contra os outros; se além d'isso se pensa em uma defêsa contra os bárbaros a milésima parte dos que occupam atualmente as

fileiras seria suficiente. O poder do Estado deixa não sómente subsistir o perigo de ataques vindos de fóra, mas provóca-os até ! Se ezistisse, porém, uma comunidade de cristãos que não fizesse mal a ninguem e que désse aos outros o produto supérfluo do seu trabalho, nenhum inimigo, alemão, turco ou selvagem, pensaria em atormentar ou matar taes hómens a quem aliás não poderia tomar-se senão o que estão dispostos a dar indiferentemente aos alemães, aos russos, aos turcos ou aos selvágens.

Em terceiro logar pergúnta-se de que maneira serão possíveis na sociedade futura as instituições d'educação, de religião, de trátego e outras. Talvez houvesse um tempo em que os hómens vivíam tão afastados uns dos outros, em que os meios de comunicação e de permuta d'idéas eram tão pouco desenvolvidos que sem a ezistência do Estado não se podia consultar nem concordar sôbre nenhuma questão, sôbre comércio, economia ou instrução. Mas êste obstáculo já não eziste hôje ; os meios de comunicação têm tomado um desenvolvimento extraordinário; pâra formar sociedades, ligas, corporações e pâra convocar congressos não precisa dos govêrnos, que geralmente e na maior parte dos casos, são mais úteis do que prejudiciaes.

Como se organizará na sociedade futura a vida social em seus detalhes ?

O futuro será como as circunstâncias e os hómens o fizérem. Momentaneamente, sômos incapazes de o prever nítidamente.

«Os hómens dizem : qual será a organização que substituirá a ordem atual das cousas ? Se ignoramos como será a nossa vida no futuro, preferimos ficar onde estâmos.» Se Colombo tivesse feito semelhante reflexões, nunca teria levantado ferro. Era loucura navegar sôbre um oceano que ainda ninguem atravessara pâra um país cuja ezistência ninguem predizia

Foi devido a esta loucura que surgiu o novo-mundo. Seria certamente mais cómodo se os povos tivéssem

á sua disposição um hotel guarnecido do melhor ; mas infelizmente não ha ninguem pârar os alojamentos.

Mas se os hómens imaginando a sociedade futura não se preocupam com a questão : «como será ?», atorménta-os contudo o seguinte problema : «Como poderemos nós ezistir sem tôdas as condições habituaes da nossa vida, isso que se chama a ciência, a arte, a cultura, a civilisação ?» Mas todas as cousas não são mais do que formas diferentes da Verdade.

A transformação que se produzirá será uma aproximação pâra a Verdade e pâra a sua realisação. De que maneira as formas da Verdade poderiam neutralisar-se por uma aproximação ? Elas transformar-se-ão, tornar-se-ão melhores e superiôres, mas não desaparecerão. Será aniquilado tudo o que fôr mentiroso nas suas formas atuaes ; mas o que fôr real desenvolver-se-á mais espléndidamente ainda.

Se o indivíduo conhecesse completamente a sua vida ao passar d'uma idade pâra outra, não teria nenhuma razão de viver.

Sucede o mesmo pâra a vida da humanidade ; se no começo d'uma era nova esta tivesse na sua frente um progrâma nítidamente delineado, tal facto seria a prova cabal de que não viveria, que não teria progresso, permanecendo inerte no mesmo lugar. Os detalhes d'uma nova ordem de vida não pôdem sêrnos conhecidos ; nós é que lhe devêmos dar forma. A vida consiste unicamente na investigação do desconhecido e no trabalho d'harmonisação das nossas ações com a verdade.

Eis em que consiste a vida do indivíduo, a vida das sociedades, a vida da humanidade.

5. A PROPRIEDADE

I. Tolstoi rejeitando o direito pâra os povos civilizados da nossa época, faz o mesmo á instituição jurídica da propriedade,

Houve talvez um tempo em que a conservação d'um indivíduo na sua propriedade, deante de todos os outros homens, exigia menos violência que a empregada em um combate geral pela posse d'essa propriedade, de tal sorte que a existência da propriedade era mais vantajosa do que a sua ausência. Mas esses tempos vão já longe, a ordem atual venceu o seu tempo.

Ainda mesmo que a propriedade deixasse d'existir os homens não travariam decerto uma nova luta encarniçada para a posse dos bens da terra. Todos reconhecem as leis da filantropia. Todos sabem que os homens têm direitos eguaes aos bens da terra. Não vemos já mais d'um rico renunciar á sua herança por um sentimento de deferência pela opinião pública nascente? A propriedade está em contradição com o amor, isto é, com o postulado da não-resistência ao mal pela força. E não é tudo ainda. Estabelecendo o predomínio d'aquêles que possuem sobre os que nada possuem, a propriedade péca também contra a lei do amor segundo a qual todos os homens são filhos de Deus e eguaes perante êle. Eis porque é preciso respeitá-la, mesmo sem a considerar baseada na violência, como instituição jurídica que é. Os ricos, só pela circunstância de serem ricos, são culpados. E' um crime que milhares e milhares de pessoas sofram em Moscow a fome e o frio, enquanto eu e algumas centenas mais nos banque-teamos nos nossos palácios e cobrimos de panos e tapetes os nossos cavalos e o chão dos nossos pavimentos. Serei um cúmplice d'esse crime constantemente renovado, enquanto tiver um pedaço de pão de sobejo e existir um indivíduo com fome, enquanto possuir roupas e houver desgraçados andrajosos.

Vejâmos como Tolstoi desenvolve esta tése.

A propriedade é o domínio d'aquêle que possui, sobre o que não possui.

A propriedade é o direito exclusivo de se servir d'uma certa cousa, com a faculdade de poder deixar de servir-se d'ela. Tolstoi faz dizer a um cavalo o se-

guinte: «Muitas pessoas que me chamavam *seu* cavallo não me montavam nem me alimentavam. Os que me faziam bem, não eram os que se diziam meus donos, mas outras pessoas, cocheiros, veterinários, estranhos, enfim. Mais tarde, quando se alargou o círculo das minhas observações, compreendi que a idéa do *meu* — que aliás tem por base uma inclinação vil e animal dos homens, inclinação que elles chamam o sentimento da propriedade ou o direito á propriedade — compreendi, dizia, que tal idéa não se referia unicamente a nós outros cavalos. O homem diz, «esta casa pertence-me» e depois de a mandar contruir não entra mais nela. O comerciante diz, «a minha loja, o meu armazem de fazendas» e o vestuário que traz não é dos melhores tecidos do seu armazem. Há indivíduos que chamam *seu* a um terreno que nunca viram nem os seus pés jamais pisaram.

Os homens, em geral, não se ocupam em fazer o que julgam bom, mas em poder chamar *meu* ao maior número de cousas possível.

A importância da propriedade consiste no facto de que o pobre que não possui nada, depende do rico que tudo possui. Para obter as cousas de que precisa e que pertencem ao rico, tem o pobre que fazer o que este quizer, adjudicando-lhe vida e trabalho. Assim, a propriedade divide os homens em duas castas: uma que trabalha e é oprimida, que sofre e morre de fome; outra ociosa, que oprime, que gosa que vive na abundância. Somos todos irmãos, não há duvida; todavia tudo o que preciso, desde os meus serviços, até aos objetos que utiliso e alimentos que tomo, são esses irmãos eguaes a mim que o fazem e quantos vezes com sacrificio da sua saude. Toda a minha vida se passa da maneira seguinte: comêr, falar, escutar, gosar, lêr, escrevêr e dormir, quotidianamente. É tudo quanto sei fazer. E para que a minha vida possa manter-se é preciso que desde o rompêr do sol até ao anoitecer trabalhem para mim o guarda-portão, os criados, o cosinheiro e a cosinheira, o cocheiro, a engomadeira, sem falar de todas as outras pessoas

necessárias para que aquêles servos tenham tudo o que lhes é indispensal quando trabáham para mim. E' o círculo da escravidão que se alarga. Quantos milhares de pessoas esse círculo não abrange e que estão sofrendo para que se possa comer, gosar e dormir!

Esta consequência da propriedade faz-se sentir principalmente nos objetos, sobretudo no que se refere ao solo e ferramentas agrícolas. Não pôde haver lavradôr sem terra para cultivar nem arado para lavrar, sem alimentos nem animaes de carga; não pôde haver sapateiro sem uma casa para viver, sem a sua ferramenta d'ofício; mas a propriedade significa que muitas vezes o lavradôr não tem terras nem arados e que o sapateiro não tem domicílio nem sovêlas, havendo pessoas que possúem isto tudo injustamente. A consequência resultante é que para uma grande parte dos trabalhadôres reina a desórdem nas condições naturaes da produção, necessessitando de trabalhar com ferramenta emprestada. O detentôr da produção pôde então forçar o operário a trabalhar por conta d'êle, — patrão. O operário não trabalha mais por sua conta e segundo o seu desejo, mas forçado e segundo o capricho de gente ociosa que vive na opulência, em benefício d'um rico qualquer, proprietário d'uma fábrica ou d'um estabelecimento. D'este modo a propriedade significa exploração do operário por aquêle que possui o solo e a ferramenta; ela significa que os produtos do trabalho humano saem cada vez mais das mãos da classe operária para desfruto das classes ociosas.

A significação da propriedade manifêsta-se principalmente no dinheiro. O dinheiro é um valôr com oscilações pouco sensíveis, sempre considerado como real e legal. Por consequência, aquêle que possui dinheiro pôde — como se costuma dizêr — meter na sua bolsa aquêles que o não téem. O dinheiro é uma nova forma de escravatura que só se destingue da antiga pela sua impessoalidade e pela ausência de vínculo humano entre o senhôr e o escravo, porque a essência de toda a escravatura consiste em tirar proveito

da força produtora d'outras pessoas que se obrígam a trabalhar, pouco importando que êste constrangimento sêja ezercido em virtude da posse d'um escravo ou em virtude da posse de dinheiro. D'onde proveio o meu dinheiro e como o alcancei? Recebi-o em parte vendendo as terras herdadas de meu pae. O campônês vendeu o seu último carneiro e a sua última vaca pãra me pagar êsse dinheiro. Uma outra parte da minha fortuna provem das importâncias recebidas pêlas minhas obras poéticas, pêlos meus livros. Se êsses livros são perniciosos, corrompí aquêles que m'os compraram e obtive dinheiro d'uma maneira pouco nobre. Se, pêlo contrário, os meus livros são úteis ao público, peor ainda, porque àquêles a quem os cedi ezigilhes uma certa importância e do mesmo modo que no campo o lavradôr vendeu o seu último carneiro e a sua última vaca, assim o estudante pobre, o mestre-escola e muitos outros infelises sacrificãram-se pãra os adquirirem. Foi assim que obtive o meu dinheiro. E que uso tenho feito d'êle? Quando vou á cidade dou aos pobres com a condição de satisfasêrem os meus caprichos, varrêrem as ruas, fabricãrem nas oficinas os objetos do meu uso etc. Com o meu dinheiro adquiero tôdos êsses produtos, procurando dar o mênos possível e obtêr o mais possível. Outras vezes comêço a distribuir êsse mêsmo dinheiro aos pobres sem ezigir retribuição de serviços, isto é, com uma mão recêbo dos pobres contos de réis e com a outra distribúo alguns míseros reaes.

A preponderância que a propriedade dá ás classes possuidôras sôbre as que nada possúem repousa sôbra a fôrça material.

O facto das riquezas imensas, acumuladas pêlos operários não sêrem propriedade de tôdos, mas sómente de certos eleitos, e de alguns individuos têrem o direito de sobrecarregar o trabalho de impostos e empregal-os como muito bem quêiram, não resulta da vontade das massas ou d'uma lei da natureza, mas produz-se porque as classes dirigentes téem vantagem n'esse *estatu quo* que lhes permite ezercêrem o

seu domínio sôbre as outras pessoas. A propriedade baseia-se, pois, na violência, no assassinato e na ameaça d'êstes dois males.

Se há homens que dão ao capitalista ou ao proprietário a maior parte do produto do seu trabalho, não é porque os trabalhadores admítam que êsse facto é justo, mas porque sábem que se assim não fôsse seriam maltratados e mortos até, se por ventura se recusássem. Póde dizer-se, sem receio de parecer exagerado que na nossa sociedade onde por cada homem rico, vivendo na opulência, há dez operários abatidos e miseráveis, talvez com mulher e filhos, póde dizer-se que nesta sociedade todos os privilégios dos ricos, tôda a sua opulência e tôdo o seu supérfluo são garantidos e assegurados única e exclusivamente por castigos, prisões e ezeções.

A propriedade é garantida pêla polícia e pêlo ezer-cito. Podêmos fingir que não reparâmos no gendarme que passeia por debaixo das nossas janelas, armado de revólver, pâra nos proteger, emquanto tomâmos uma refeição succulenta ou assistimos no teátro a uma *primeira*; podêmos fazêr que ignorâmos a ezistência de soldados prontos a marchar a cada instante, de espingarda ao ombro, pâra onde a nossa propriedade esteja sendo atacada. Mas sabêmos muito bem que se podêmos terminar tranquilamente a nossa refeição e assistir á *primeira*, se podêmos fazêr circular a carruagem sem sêrmos inquietados, ir á caça a uma festa ou ás corridas, é porque o gendarme lá está, zeloso e prescrutante, de arma ao ombro, pronto a fusilar o miserável que olha pâra as nossas iguarias com o estômago vasio e que perturbaria as nossas comodidades se não temesse o revólver do gendarme e a caserna d'onde ao primeiro apelo surgiria uma núvem de soldados.

A preponderância que a propriedade dá ás classes possuidoras sôbre as que nada possúem baseia-se na força material dos governados.

Os indivíduos que pertencem ás classes que nada possúem e que pela propriedade depêdem das clas-

ses abastadas são forçados a fazerem o serviço da polícia, a servírem no ezército, a pagárem os impostos com que se mantêm a polícia e o ezército, e a ezercêrem, ou pêlo menos mantêrem de qualquer maneira, a força material que garante a propriedade. Sem a ezistência d'esses hómens, prontos a castigárem e a matárem, ninguém ousaria pretender o que agora pretêdem os proprietários inátivos, que êsse solo que o camponês faminto pisa, que essa terra a que não pode arrancar o pão, sêja propriedade d'um hómem que não trabalha; o possuidor d'uma terra não ousaria impedir que os camponêses trabalhássem nela e ninguém diria que as provisões de trigo acumuladas fraudulentamente no seio d'uma população esfomeada dêvem ficar intactas, pâra que o comerciante possa realizar um benefício.

II. O amôr reclama que a propriedade sêja substituida pêla partilha dos bens baseada unicamente nas leis do amôr.

A impossibilidade de continuarmos a seguir o género de vida àtual e a necessidade de fixarmos novas regras de vida abrângem tambem o regímen da distribuição dos bens. A supressão da propriedade e a sua substituição por um novo sistema de divisão dos bens é uma das questões que àtualmente se impõem.

Segundo a lei do amôr tódo o hómem trabalhando conforme as suas forças deve ter o necessário e nada mais, em harmonia com duas prescrições baseada na lei do amôr.

A primeira diz que o hómem não deve ezigir trabalho d'outro, mas dedicar-se tóda a vida a trabalhar pâra os outros. O hómem não vive pâra que o sêrvam, mas sim pâra servir. Não deve pois regatear o seu trabalho, ou supôr que deve ezigir tanto mais subsistência quanto maior e mais útil fôr a sua capacidade de trabalho. A ezecução d'esta prescrição garante a cada hómem tudo de que êle tem neces-

cidade. Isto pelo que se refere ao homem adulto e válido. Se o homem trabalha o trabalho sustenta-o. Se outro utiliza o trabalho d'este homem, êle o alimentará também, precisamente porque utiliza o seu trabalho. O homem não assegura a sua subsistência tomâdo-a a outros, mas tornado-se útil e indispensável a outros. Quanto mais necessário êle fôr aos outros, melhor assegurada terá a sua existência. Mas realizando a prescrição de servir os outros, garanta-se também a subsistência aos doentes, aos velhos e ás creanças. Os homens não dêixam de alimentar um animal doente e não mâtam um cavallo velho, mas dão-lhe um trabalho apropriado ás suas forças, criam famílias inteiras de cordeirinhos, leitões e cães porque espêram tirar d'aí proveito. Como é que não se há de tratar d'um homem doente que é útil? Porque não se há de procurar um trabalho apropriado aos velhos e ás creanças e criar e educar sêres que no futuro serão da maior utilidade?

A segunda prescrição derivada da lei do amôr, — que proclama que tôdo o indivíduo trabalhando segundo as suas forças deve obter o que precisa e nada mais, — esta prescrição ezige de nós que compartilhemos os nossos bens com os outros e não acumulêmos riquêzas. Interrogado pêlos seus ouvintes sobre o que deveriam fazer, João-Bâtista respondeu d'uma maneira simples, brêve e nítida: «Aquêle que tivêr duas túnicas divida-as por quem não tem nenhuma e o que tivêr que comêr procêda da mêsmã maneira.» Cristo também em muitas ocasiões exprimiu a mêsmã idéã d'uma maneira ainda mais nítida e clara: «Ditosos dos pobres, desgraçados dos ricôs!» Ele dizia que não se podia servir ao mêsmo tempo Deus e Mammon e proíbia aos seus discípulos não só o aceitãrem dinheiro mas possuírem vestidos. Afirmou ao jóven rico que não poderia entrar no reino de Deus, por causa da sua riquêsa e acrescenton que era mais fácil fazer passar um calabre pêlo fundo d'uma agulha de que um rico pêla porta do ceu. Declarava que só pod a ser seu disdípulo aquêle que deixasse a sua

casa, os seus campos, os seus filhos, tudo, enfim, para o seguir. Contou aos seus ouvintes a parábola do homem rico que não fez outro mal do que vestir luxuosamente e alimentar-se de manjares opulentos — como os ricos d'hôje —, condenando por isso a sua alma, e a do pobre Lázaro que não fez nenhum bem e subiu ao céu, simplesmente por sêr mendigo e têr fome.

Como se efêtuará esta distribuição dos bens?

O colónos rússos oferécem-nos um significativo ezeemplo. Esses colónos chêgam a um território qualquêr, estabelécem-se e comêçam a trabalhar sem que nenhum d'êles imagine que a terra venha pertencer a alguém que não se sirva d'ela; pêlo contrário os colónos considêram o solo como bem comum e admitem com justiça que cada um lavre e semeie onde quizêr. Para a lavoura, para a plantação do jardins ou para a construção de casas, procuram ferramentas, sem que lhes passe pela idéa adquirir interesses superiores aos dos seus companheiros; pêlo contrário os colónos considêram uma injustiça tôdo o ganho sôbre as ferramentas e qualquer juro sôbre o trigo emprestado, etc. Cultivam um solo livre com ferramentas suas ou emprestadas gratuitamente, cada um individualmente ou conjuntamente para o bem comum.

Falando d'êste gêneros de comunidade não fantasio, mas descrêvo o que é de tôdos os tempos e o que se faz ainda hôje não só entre os colónos rússos mas por toda a parte onde o estado natural do homem não foi ainda perturbado por quaesquer circunstâncias. Eu descrêvo o que parece natural e sensato a toda a gente: homens instalândo-se n'um território e cultivando-o em comum com ferramentas pertencentes á comunidade ou aos trabalhadores, o que é indiferente. Mas, nem no caso da produção individual nem no da produção comunista, a água, o solo, o vestuário ou a charrua deixam de pertencer àquêle que bebe a água, que envêrga o vestuário ou que trabalha com a charrua, visto que tôdos êsses objetos só são necessários àqueles que d'êles se sêrvem, o que equi-

vale a dizer que só se pode chamar *seu* ao trabalho pelo qual se ganha o necessário.

6. REALIZAÇÃO

Segundo Tolstoi, a transformação que o amor reclama deve produzir-se pelo seguinte modo: Os homens que tiverem reconhecido a verdade devem convencer em nome do amor o maior numero possível d'individuos da necessidade d'esta transformação e fazer surgir assim a sociedade nova depois de abolido o direito, o Estado e a propriedade pela recusa á obediência.

I. É necessario, primeiro do que tudo, que os homens que têmham reconhecido a verdade convênçam o maior número possível de individuos do que é o amor que reclama esta transformação.

A fim de que a regra da vida oposta ao nosso conhecimento possa ser substituida por uma regra de vida que lhe corresponda, é preciso, em primeiro lugar, que a opinião pública atual seja substituida por uma opinião pública nova.

Não são as grandes ações que produzem as mais grandiosas e importantes transformções na vida da humanidade, não é a conservação de ezércitos de milhões de soldados, nem a construção de estradas e de máquinas, a organização de exposições, a formação de sociedades operárias, tampouco as revoluções, as barricadas, as explosões ou os inventos areonáuticos; são unicamente as variações da opinião pública. A suprema libertação só é possível por uma mudança da nossa concepção da vida e depende da força com que o individuo reconhece a verdade cristã. Reconheci a verdade e a verdade vos libertará. Mas a libertação só poderá efetuar-se quando o cristão reconhecer que a lei do amor proclamada pelo Senhor satisfaz absolutamente a todas as circunstâncias da vida

humana e quando comprehendêr a inutilidade e ilegitimidade de todo o podêr.

Aos hómens que tivérem reconhecido a verdade cabe provocar a mudança na opinião pública. Não são precisas centênas nem milhares d'ânos pàra que uma opinião pública nasça e se forme ; ela tem a propriedade de se propagar por contágio e de apoderar-se rápidamentee d'um grande número de pessoas. Do mesmo modo que um choque basta pàra fazer cristalisar um líquido saturado de sal, assim bastará o menor esforço pàra que centênas, milhares e milhões d'hómens sêjam feridos pela verdade revelada, pàra que uma opinião pública em relação com os conhecimentos se consolide e, por consequência, que a regra da nossa vida seja inteiramente mudada. Depende de nós próprios fazêmos êsse esforço.

O melhor meio de produzir esta transformação necessária da opinião pública consiste em que os hómens que tivérem reconhecido a verdade a manifestem por actos.

O cristão só reconhece a verdade por confessal-a deante d'aquêles que a ignóram, por meio d'actos. A verdade comunica-se aos hómens por actos de verdade. Os actos de verdade esclarecem o juizo de todo o individuo e destróem assim a força da mentira. Eis porque deverás, se és proprietário, dar o teu terrêno aos pobres ; se és capitalista dar o teu dinheiro e a tua fábrica aos operários ; se és príncipe, ministro, funcionário, juiz ou general, renunciar immediatamente às tuas funções ; se és soldado recusar obediência sem consideração do perigo. Mas infelizmente é bem provável que não sêjas bastante forte pàra o fazêres : tens relações íntimas, parentes, inferiôres, superiores, tentações poderósas, emfim, que paralisarão os teu desêjos.

Mas há um outro meio, menos eficaz, todavia, de produzir a transformação da opinião pública, meio de que se póde usar sempre. Consiste êle em que os hómens que tivérem reconhecido a verdade a digam abertamente, sem subtilezas.

Se todos os homens ou apenas alguns quizessem fazer isto, a velha opinião pública não resistiria e uma nova opinião surgiria bem depressa. Nem os milhares de contos nem os milhões de soldados, nem as instituições, nem as guerras nem as revoluções podem fazer o que faz a simples palavra d'um homem livre falando livremente. Quando um homem livre enuncia francamente o que pensa e sente, entre milhares d'homens que defendem pela palavra e pelos actos justamente o contrário do que elle diz, poderá crer-se talvez que fica isolado com a sua opinião. Mas geralmente não é assim que as cousas se passam; todos ou quase todos sentiram e pensaram já como elle sem o dizêrem, e então o que é hoje a concepção nova d'um só homem será amanhã talvez a opinião pública da maioria. Se nós cessássemos de mentir e de fazer que não vemos a verdade, se testemunhássemos pela verdade quem nos invoca e se a reconhecêssemos activamente, veríamos que centenas, milhares e milhões d'homens estão em uma situação idéntica á nossa, que vêem a verdade como nós e que receiam de serem sósinhos a reconhecê-la e esperam como nós que outros júrem por ela.

II. Pára produzir a transformação da sociedade e substituir o direito, o Estado e a propriedade é necessário, além d'isso, que os homens que reconhecem a verdade regulem a sua vida segundo o seu conhecimento e, sobretudo, que recusem obediência ao Estado.

Os homens é que devem provocar esta transformação. Não esperem que alguém venha em seu auxílio, quer seja o Cristo entre núvens e ao som de trombetas, quer seja uma lei histórica, uma lei diferencial ou integral das forças. Se não nos ajudarmos a nós próprios ninguém nos ajudará.

Contáram-me uma história sucedida a um comandante corajoso. Chegou elle a uma aldeia, onde, pára reprimir uma revolta dos camponeses, tinham requisitado soldados. Querendo reprimir esta revolta com

a sua influência pessoal, á maneira de Nicolau I, fez pãra esse fim conduzir algumas carradas de juncos a uma granja onde reuniu tãodos os camponêses, fechando-se com êles. Com seus gritos destemperados intimidou os camponêses a ponto de os obrigar, sob as suas òrdens, a zurzirem-se uns aos outros. E assim succedeu até que um simples camponês não quiz mais obedecer e começou a gritar aos camaradas que era uma tolice o que estãvam fazendo. Foi só então que as pancadas cessãram, desaparecendo o comandante surrateiramente na previsão de que passaria um máo bocado. Ora os hãmens da nossa época andarãam excelentemente se seguissem o conselho d'êste simples camponês.

Não é, porém, absolutamente necessãrio que os hãmens produsam esta transformação pãela violência. Os inimigos revolucionãrios do govãrno combãtem-no por fãra, o cristianismo não o combãte, abãla-o nos seus fundamentos mais íntimos.

Hã hãmens que pretãdem que o desaparecimento da violência ou pãelo menos a sua diminuição poderia efãtuar-se, se os oprimidos sacudissem violentamente o govãrno que os oprime; alguns ágem até neste sentido. Mas engãnam-se como aquêles que os escãtam. A sua àtividade contribue ainda pãra que se enraíze mais o despotismo dos govãrnos, sendo essas tentativas de libertação um pretexto favorãvel para o aumento do seu podãr.

Mas, admitãmos que, por um conjunto de circumstãncias felises, como na França em 1879, se tenha conseguido derrubar um regãmen; o partido vencedor pela violência seria obrigado, pãra ficar no podãr e pãra realizar a nova òrdem social, não só a usar de todos os meios de violência ezistentes, mas ainda a inventar outros. Escravisar-se-ãam por sua vez outros hãmens, forçãdo-os a praticar novas violências que serãam ainda mais cruéis que d'ãntes, porque a luta teria aticãdo o ódio e consolidado os meios de repressão. Tal foi a sorte de todas as revoluçães, de todas as revoltas e conSPIraçães, de todas as mudançãas

violentas de govêrno. Todo a luta dá aos hómens momentâneamente no podêr meios ainda mais temíveis pâra reprimir a massa.

Os hómens dêvem produzir esta transformação regulando o seu gênerô de vida pêlas suas convicções. O cristão libêrta-se de tôdo o domínio humano reconhecendo como seu único guia a divina lei do amôr, imanente na alma do hómem e revelada por Jesús-Cristo.

Quer isto dizêr que devêmos replicar ao mal com o bem, que devêmos dar ao prócimo tôdo o supérfluo, que não devêmos adquirir dinheiro mas desembarcarmo-nos d'aquêle que possuimos, que não devêmos finalmente comprar nem alugar e não termos escrúpulos de nos mostrarmos com o que possuimos, nem envergonharmo-nos do trabalho. Recomendô-vos principalmente a desobediência às ezigências não cristãs dos podêres do Estado.

Atualmente, na Rússia vêmos ja muitas d'estas desobediências. Há hómens que se recúsam a pagar impostos, a jurar perante os tribunaes, a servir de jurado e alistar-se na polícia ou no ezército. Perante estas recusas de cristãos os govêrnos vêem-se numa situação desesperada. Eles pôdem punir, turturar, prender perpétuamente ou ezeutar tôdo aquêle que tentar derrubal-os pêla fôrça ; êles pôdem corrompêr meia humanidade, cobril-a d'ouro; pôdem chamar pâra o seu serviço milhões d'hómens armados, prontos a destruírem tôdos os inimigos. Mas que pôdem êles fazer contra os indivíduos que nada destróem, que não praticam violências, e que, cada um por si, isoladamente, se négam a infringir os mandamentos de Cristo e por esta razão recusam obedecer às insistências dos govêrnos ?

Procêda o Estado como entender perante a negativa terminante d'estes hómens : os seus dias estarão contados, o seu fim estará prócimo e com êle o fim do direito e da propriedade, o advento da sociedade nova. Porque se o Estado não persegue hómens como os Douchoborzis, os Stundistas e outros, as

vantagens que estes tirarão da sua vida cristã e pacífica determinarão outros homens a juntarem-se-lhes, não já sómente os cristãos convencidos, mas ainda aquêles que, sôb a mascara do cristianismo, quererão subtrair-se ás suas obrigações pãra com o Estado. Se, pelo contrario, o Estado procede cruelmente pãra com os homens cujo crime é o seu esforço pãra viverem d'uma maneira moral, esta crueldade acarretar-lhe-á ainda mais inimigos, até que por fim não encontrará mais quem o sirva.

Quanto a afeiçoar a sua vida conforme á razão, cada um que o faça por sua própria conta e segundo a sua própria iniciativa, sem esperar que os outros a tomem.

O homem isolado não deve crêr que o seu sacrificio será inútil dispondo a sua vida unicamente segundo a doutrina de Cristo. Os homens na sua situação actual fazem lembrar um enxame d'abêlhas que abandonáram a colmeia e estão suspensas em novêlo do tronco d'uma árvore. A posição das abêlhas no tronco é transitória. Dentro de pouco tempo levântam vôo e vão procurar nova habitação. Cãda uma das abêlhas deseja acabar com êsse estado de sofrimento pãra êla e pãra as suas companheiras; mas nada pode fazer emquanto as outras não se determinãrem. Mas, por outra parte, nem tôdas as abêlhas pôdem levantar vôo ao mêsmo tempo, porque cada uma está suspensa da outra, de tal sorte que, impedindo-se os movimentos umas ás outras, ficam estacionárias. Vae talvez supôr-se que esta situação se eternisaria, e efetivamente assim seria se cada abêlha não fôsse um ser vivo, autónomo e independente. Basta que uma única abra as suas azas expandindo-as pãra o vôo, e logo uma segunda, uma terceira, dez, cem, mil, toda essa massa homogénea e compacta que até ali se conservara imóvel se transformará num formilhamento de sêres vivos, enxame alado, evoluindo livremente. Do mêsmo modo, basta que um único homem compreenda a vida como a ensina o cristianismo pãra que um segundo, um terceiro,

dez, cem, mil o sigam na mesma trajetória, quebrado o encanto em que a sua cegueira os mantinha.

O indivíduo não deve deixar intimidar-se pela idéia do sofrimento a suportar. Diz-se geralmente: «Se só eu professo a doutrina de Cristo no meio da indiferença geral que a não reconhece, se destribuo os meus bens móveis e imóveis, se me recuso a alistarme no serviço militar, apoderar-se-ão de tudo o que me restar, agredir-me-ão desalmadamente e se não morrer de pancadas, prender-me-ão para me fusilarem depois. Terei assim sacrificado inutilmente toda a felicidade da minha vida e a minha própria vida.» Póde ser que assim seja. Mas não me inquietam os tormentos que venha a passar, tampouco se morrerei mais cedo seguindo a lei de Cristo.

Só pode importar-se com o sofrimento quem não compreende como a sua vida é miserável e insensata sem estas abnegações e dedicações; quem imagina que a sua vida é eterna. Mas, pela minha parte, sei que uma vida em vista da felicidade pessoal não passa d'uma loucura, e que uma vida sem objetivo só póde ser seguida d'uma morte sem fim. E' por isso que nada temo. Morrerei como todos, do mesmo modo que aquêles que não séguem as doutrinas de Cristo, mas a minha vida e a minha morte terão um sentido para mim e para os outros. A minha vida e a minha morte contribuirão para o libertamento e para a vida dos meus semelhantes. — Eis o que Cristo nos ensina.

Dêsde que alguns homens tiverem regulamentado a sua vida com o sua razão, a multidão seguil-os-á sem relutância. A transição da humanidade d'uma maneira de viver para outra não se faz d'um modo uniforme, como a areia que se escôa numa ampuilhêta, grão por grão, o conseqüente sempre idéntico ao antecedente; tal transição opéra-se, antes, do mesmo modo como se enche um vaso mergulhado na água. No começo a água não penetra senão muito lentamente e regularmente, só d'um lado; mas em seguida o peso do vaso faz mergulhal-o e d'um jacto,

impetuosamente, entra toda a água que êle póde levar. Assim, o abalo produzido por um só homem provocará um movimento que propagando-se cada vez com maior velocidade, e a distâncias cada vez mais afastadas, á semilhança d'uma avalanche arrastará as massas, instituindo uma nova ordem de cousas. Terá então chegado essa anciosa era nova em que todos os homens estarão impregnados de Deus, em que se evitarão as guerras, transformando-se as espadas em charruas e as lanças em foices, isto é, segundo a nossa maneira de dizer, uma época em que as prisões e as casernas estarão vazias, em que os patíbulos, os canhões e as espingardas deixarão de ter uso. O que se afigurava um sonho para os incrédulos, terá encontrado a sua realisação em uma nova forma da vida.

FIM

1. My personal conduct in my own life & happiness.
2. This being done, each other man's conduct & happiness.
3. ~~Even~~ My own life & happiness, according to the judgment of the public, & the second with some amplification with the view of a supposition, & there with some.
4. It is to be noted by regarding another's life & happiness, the same may be done to me.
5. Hence my interest is, to what concerning myself with my own life & happiness to ensure myself she is not enjoying a life so possible the life & happiness of others.

It is perhaps a more state of society, with the view of the opinion to which aid, the view of the state of society & the state of opinion with the view of the state of society are not particularly.

When others have a more complete view.

It is not a law of a state in the government, more of a state in the government.

In a number of cases the
directional field is very
no interest. However, the
attention should be given
recognition of order, and the
order of the field of order
direction of order, and the
direction of order, and the
direction of order,

with the density given with

consideration of the nature of the

with

LIVRARIA EDITORA GUIMARÃES & C.^A
68, Rua de S. Roque, 70 — LISBOA

COLECCÃO SOCIOLOGICA

VOLUMES DE 300 PAGINAS POUCO MAIS OU MENOS, A 300 RÉIS

PUBLICADOS:

- I. — **A CAMINHO DA SOCIEDADE NOVA**, por Christiano Cornelissen.
II. — **AS DOCTRINAS ANARQUISTAS**, pelo Dr. Paulo Eltzbacher.

A PUBLICAR:

- A CONQUISTA DO PÃO**, de Pedro Kropotkine.
A DOR UNIVERSAL, de S. Faure.
A GRÉVE GERAL E O SOCIALISMO, de H. Lagardelle.
A CAMINHO DA UNIÃO LIVRE, por Naquet.
O AMOR LIVRE, de Ch. Albert.
O SOCIALISMO, suas formas e essencias, por Saverio Merlino.
A SOCIEDADE MORIBUNDA E A ANARQUIA, por J. Grave.

COLEÇÃO HORAS DE LEITURA

VOLUMES DE 200 A 300 PAGINAS, A 200 RÉIS

ULTIMOS PUBLICADOS

N.^{os} 19: **Os Vagabundos**, de Gorki (3.^a edição) — 20: **A Esoravidão Moderna**, de Tolstoi (2.^a edição) — 23: **As Virgens**, de G. d'Annunzio (2.^a edição) — 39 e 40: **Illusões perdidas**, de Balsac — 41 42: **Esplendores e miserias das Cortezãs**, de Balsac — 43: **A Ultima incarnação de Vautrin**, de Balsac — 44: **Mater dolorosa**, de E. Daudet — 45: **O imortal**, de Affonso Daudet — 46: **Ares do Minho**, de Delfim Guimarães.

A PUBLICAR:

O Intruso, de G. de Annunzio — **Historia de um beijo**, de Perez Escrich — **A vida aos 20 annos**, (2.^a edição) de Dumas, filho — **Germinal**, de Zola.

A APARECER BREVEMENTE:

A LOUCURA DE JESUS

Pelo DR. BINET SANGLÉ

O maior successo a livraria franceza